



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 245/2016

-

DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DELEGAR A TERCEIROS, POR MEIO DE CONCESSÃO, A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GUARAI-TO, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS."

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Guaraí, Estado do Tocantins, Aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, **SANCIONO** a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a delegar a terceiros, por meio de concessão, a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Guaraí - TO, na forma e nos termos desta lei, observadas, no que couber, as disposições das Leis Federais nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e suas alterações.

Parágrafo único - A concessão do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros consiste na delegação da prestação do serviço, mediante contrato, por prazo determinado, por conta e risco do concessionário, que se remunerará pela cobrança de tarifa e por outras receitas relacionadas à prestação do serviço e responderá diretamente pelas suas obrigações e pelos prejuízos que causar.

Art. 2º - O serviço de transporte coletivo de passageiros é serviço essencial, conforme disposto no artigo 30, inciso V, da Constituição Federal e no artigo 7º, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Guaraí, e que, como tal, deve satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, universalidade, atualidade, cortesia e modicidade tarifária na sua prestação.

Art. 3º - A concessão para a prestação do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros será outorgada mediante prévia licitação, na modalidade de concorrência pública, que obedecerá às normas da legislação federal sobre licitações e contratos administrativos, bem como à lei federal que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, observando ainda a garantia dos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da igualdade, e os princípios básicos da seleção da proposta mais vantajosa para o interesse



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI

"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

coletivo, da probidade administrativa, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Parágrafo único - No julgamento da licitação deverão ser aplicados os critérios estabelecidos no artigo 15 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações.

Art. 4º - O prazo da concessão será de 15 (quinze) anos, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até igual período, devidamente justificado pelo Poder Público, desde que atendido o interesse público e plenamente cumpridos, nos prazos contratuais, os compromissos de investimento em bens reversíveis.

Art. 5º - Do edital de licitação para outorga da concessão, além das cláusulas previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 8.987, de 1995, e de outras determinações consideradas convenientes e oportunas, constará:

I - a especificação das linhas, respectivos itinerários e características operacionais;

II - as características e especificações técnicas dos veículos a serem utilizados na prestação do serviço;

III - as características físicas da garagem e demais instalações a serem construídas, ampliadas ou mantidas pela concessionária, assim como a documentação legal para seu funcionamento;

IV - os critérios para a introdução de alteração no conjunto de linhas da concessão;

V - os investimentos a serem realizados pela concessionária em bens reversíveis;

VI - as metas e prazos mínimos exigidos para realização dos investimentos em bens reversíveis;

VII - as condições de prestação do serviço.

Art. 6º - A outorga da concessão será formalizada mediante contrato, do qual constarão as condições para sua execução expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vincula, sendo cláusulas essenciais as previstas no artigo 23 da Lei Federal nº 8.987, de 1995, bem como as a seguir arroladas:

I - o objeto, seus elementos característicos e prazo da concessão;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- II - o modo, forma e condições de prestação do serviço;*
- III - o regime de exclusividade, se for o caso;*
- IV - os critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;*
- V - os direitos, garantias e obrigações do Poder Público e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço, para garantir a continuidade da sua prestação;*
- VI - as eventuais receitas alternativas, complementares ou acessórias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas;*
- VII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;*
- VIII - a garantia oferecida para assegurar sua plena execução, quando exigida;*
- IX - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos veículos e dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação do órgão competente para exercê-la;*
- X - as penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;*
- XI - os bens reversíveis;*
- XII - os casos de extinção da concessão;*
- XIII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;*
- XIV - a obrigação da contratada de manter, durante toda a sua execução, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.*
- Art. 7º - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todas as obrigações contratuais e pelas de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e civil resultantes de sua execução.*

Parágrafo único - A concessionária também responderá por

Av. Bernardo Sayão, s/nº - Centro, Praça: Euclides L. Rodrigues, Paço Municipal: Pacífico Silva, Fone: (0**63) 3464 - 1030, Fax: (63) 3464-1161, CEP: 77.700-000, Guaraí-TO, www.guarai.to.gov.br, email: gabinetedoprefeito@guarai.to.gov.br



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI

"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

quaisquer danos causados diretamente ao Poder Público, aos usuários ou a terceiros, sejam materiais, corporais ou morais, devendo apresentar, como condição para a assinatura do contrato, a comprovação da contratação de seguro de responsabilidade civil objetiva, nos termos previstos no edital.

Art. 8º - *É vedada a subconcessão do serviço delegado.*

Art. 9º - *A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária, bem como a realização de fusão, cisão e incorporação deverão ter prévia anuência do Poder Público, sob pena de caducidade da concessão.*

Parágrafo único - *Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o sucessor ou interessado em prestar o serviço público concedido deverá:*

I - demonstrar, por meio de processo administrativo devidamente instruído, que atende às exigências estabelecidas no procedimento licitatório;

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor, subrogando-se nos direitos e nas obrigações do cedente e prestando todas as garantias necessárias e estipuladas.

Art. 10 - *Constituem atribuições do Poder Público:*

I - regulamentar o serviço de transporte coletivo urbano de passageiros e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - cumprir e fazer cumprir as disposições que regem o serviço, bem como as cláusulas do contrato;

III - garantir a observância dos direitos dos usuários, reprimindo eventuais infrações;

IV - aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987, de 1995;

VI - extinguir a concessão, nos casos e na forma previstos na Lei Federal nº 8.987, de 1995, nesta lei e no contrato;

VII - proceder à revisão e ao reajuste da tarifa a ser cobrada dos usuários, na forma das normas pertinentes e do contrato;

VIII - autorizar cisão, fusão, incorporação ou transferência do

Av. Bernardo Sayão, s/nº - Centro, Praça: Euclides L. Rodrigues, Paço Municipal: Pacífico Silva, Fone: (0**63) 3464-1030, Fax: (63) 3464-1161, CEP: 77.700-000, Guaraí-TO, www.guarai.to.gov.br, email: gabinetedoprefeito@guarai.to.gov.br



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATÃ
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
controle societário da empresa concessionária;

- IX** - autorizar a transferência da concessão;
- X** - zelar pela boa qualidade do serviço, observadas as condições de eficiência, regularidade, segurança, rapidez, continuidade, conforto, modificação tarifária e acessibilidade, particularmente para as pessoas com deficiência, idosos e gestantes;
- XI** - receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando-os das providências tomadas;
- XII** - estimular o aumento da qualidade e produtividade do serviço e da preservação do meio ambiente.

Art. 11 - Constitui obrigação da concessionária prestar o serviço delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.987, de 1995 e alterações, na Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações, bem como na Lei Federal nº 12.587, de 2012, no edital e contrato, e em especial:

- I** - prestar todas as informações solicitadas pelo Poder Público;
- II** - efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e de qualquer natureza, de modo a possibilitar a fiscalização pública;
- III** - cumprir as normas de operação do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

IV - operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações dela decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Poder Público;

V - utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou no edital de licitação;

VI - adequar a frota às necessidades do serviço, obedecendo as normas fixadas pelo Poder Público;

VII - adequar a frota para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

VIII - dispor de garagem que atenda a todos os requisitos contratuais e legais e que permita a perfeita execução do serviço;

Av. Bernardo Sayão, s/nº - Centro, Praça: Euclides L. Rodrigues, Paço Municipal: Pacifico Silva, Fone: (0**63) 3464 - 1030, Fax: (63) 3464-1161, CEP: 77.700-000, Guaratã-TO, www.guaratã.to.gov.br, email: gabinete@oprejeito@guaratã.to.gov.br

[Assinatura]



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

IX - promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, dos equipamentos e da frota, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente;

X - executar os investimentos em bens reversíveis previstos no edital e no contrato de concessão, com a prévia autorização e acompanhamento do Poder Público;

XI - adotar providências necessárias à garantia da segurança e da integridade física dos usuários;

XII - responder perante o Poder Público e terceiros por todos os atos e eventos de sua competência;

XIII - responder por todos e quaisquer danos causados ao Poder Público ou a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais ou morais;

XIV - executar serviços, programas de gestão e treinamento de seus empregados, com vistas às melhorias destinadas a aumentar a segurança no transporte e a comodidade dos usuários;

XV - zelar pela proteção e preservação do meio ambiente;

XVI - cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados;

XVII - apresentar, no prazo consignado pelo Poder Público, a comprovação de regularidade das obrigações previdenciárias, tributárias e trabalhistas;

XVIII - atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os usuários em particular.

Art. 12 - O Poder Público deverá assegurar a adequada prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, podendo inclusive intervir na concessão.

Parágrafo único - A formalização da intervenção far-se-á por meio de decreto do Executivo, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção, os seus objetivos e limites.

Art. 13 - Declarada a intervenção, o Poder Público deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, assegurando o direito de ampla defesa.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Parágrafo único - O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

Art. 14 - A intervenção dar-se-á exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a concessionária utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, a garagem, a oficina, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

§ 2º - Se verificada a impossibilidade do restabelecimento do serviço em nível adequado, encerrar-se-á a intervenção e decretar-se-á a caducidade da concessão.

§ 3º - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor.

Art. 15 - A concessão será extinta nos seguintes casos:

I - advento do termo do contrato;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação, e

VI - falência ou extinção da empresa concessionária.

§ 1º - Extinta a concessão, retornam ao Poder Público todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos à concessionária, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º - Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo Poder Público, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e eventuais liquidações respeitantes ao capital investido e não amortizado, conforme apurado em processo administrativo.

§ 3º - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo Poder Público, de todos os bens reversíveis.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

§ 4º - A encampação importa na retomada do serviço pelo Poder Público, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

§ 5º - Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o Poder Público, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes de indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 da Lei Federal nº 8.987, de 1995.

§ 6º - Não são considerados bens reversíveis para efeito desta lei:

I - os veículos e frota de ônibus;

II - a garagem;

III - instalações e equipamentos de garagem.

Art. 16 - A inexecução total ou parcial do contrato de concessão acarretará, a critério do Poder Público, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

§ 1º - A caducidade da concessão poderá ser decretada quando constatada uma das seguintes situações:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, por exclusiva culpa da concessionária;

II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão, colocando em risco a boa qualidade da prestação do serviço;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais indispensáveis para a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do Poder Público no sentido de regularizar a prestação do serviço; e



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

VII - a concessionária não atender a intimação do Poder Público para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§ 4º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do Executivo, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

§ 5º - A indenização de que trata o § 4º deste artigo será devida na forma do artigo 36 da Lei Federal nº 8.987, de 1995 e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

Art. 17 - Pelo não cumprimento das disposições constantes desta lei e das demais normas legais aplicáveis, bem como do contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 8.987, de 1995, serão aplicadas à concessionária as seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - multa contratual;

III - apreensão do veículo;

IV - afastamento de funcionários;

V - intervenção;

VI - rescisão do contrato;

VII - declaração de caducidade da concessão.

Parágrafo único - O procedimento de aplicação das penalidades previstas neste artigo será disciplinado por ato do Executivo.

Art. 18 - A realização de investimentos em bens reversíveis, quando exigidos no edital, é considerada essencial para a prestação do serviço.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Parágrafo único - A inexecução dos investimentos em bens reversíveis, nos devidos prazos contratuais, ensejará, como penalidade, a critério do Poder Público, o impedimento à prorrogação do prazo de vigência do contrato.

Art. 19 - A tarifa do serviço de transporte coletivo urbano será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e, quando necessário à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, será revisada por ato do Poder Executivo.

Art. 20 - O Poder Público poderá prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

Parágrafo único - As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 21 - As dispensas ou reduções tarifárias de qualquer natureza, além daquelas já vigentes na data da promulgação desta lei, deverão dispor de fontes específicas de recursos aptas a garantir a remuneração do serviço prestado.

Art. 22 - A concessionária ficará obrigada a fornecer passes escolares aos educandos da rede pública de ensino com redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da tarifa.

Art. 23 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAI, Estado do Tocantins, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (2016).


FRANCISCO JÚLIO PEREIRA SOBRINHO
PREFEITO MUNICIPAL